







NEGROS E OS NINGUÊNS: POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO SOCIAL DE DARCY RIBEIRO¹


  Alexandre Ribeiro Neto²

  Lincoln de Araújo Santos³

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica.

Correspondência ao Autor
Nome: Alexandre Ribeiro Neto
E-mail:
aleribeironeto@gmail.com
Instituição Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 26/11/2018
Aprovado: 28/02/2019
Publicado: 04/06/2019

 10.20396/rho.v19i0.8654059
e-Location: e019023
ISSN: 1676-2584



RESUMO

Este trabalho pretende analisar o pensamento social e educacional de Darcy Ribeiro com base em duas obras: O povo brasileiro (1995/2006) e Nossa escola é uma calamidade (1984), sem esquecer de considerar a trajetória do intelectual, político e operador do Estado e suas reflexões sobre a utopia civilizatória dos povos germinais que vêm constituindo o que chamamos de Brasil e a ninguentude como categoria explicativa resultante da diversidade das matrizes heterogêneas – índios, negros, europeus e caboclos – que se encontram nas contradições de uma cultura que irrompe da opressão dos engenhos – “máquinas de moer gente”. O projeto político baseado na idealização de uma escola de tempo integral e universalizada, os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs traz as possibilidades de resgatar da ninguentude para a cidadania os filhos e filhas de uma escravidão recente.

PALAVRAS-CHAVE História. Sociedade e educação. Formação do povo brasileiro. Intelectuais, raça e classe social.



BLACKS AND NO-ONES: POLITICS AND EDUCATION IN DARCY RIBEIRO'S SOCIAL THOUGHT

Abstract

This work intends to analyze the social and educational thinking of Darcy Ribeiro from two works: *O Povo Brasileiro* (1995/2006) and *Nossa Escola é uma Calamidade* (1984). Without forgetting to consider the trajectory of the intellectual, politician and operator of the State and its reflections on the civilizing utopia of the germinal peoples that have constituted what we call Brazil. The ninguendadeas an explanatory category resulting from the diversity of the heterogeneous matrices - Indians, Blacks and Europeans and caboclos – found in the contradictions of a culture that erupts from the oppression of Mills - "people grinding machines". The political project from the idealization of a full-time and universalized school, the Integrated Centers of Public Education (CIEPs), in the possibilities of recovering from the citizenship to the citizenship the sons and daughters of recent slavery.

Keywords: History. Society and education. Formation of the Brazilian People. Intellectuals, race and social class.

NEGROS Y LOS NADIE: POLÍTICA Y EDUCACIÓN EN EL PENSAMIENTO SOCIAL DE DARCY RIBEIRO

Resumen

Este trabajo pretende analizar el pensamiento social y educativo de Darcy Ribeiro a partir de dos trabajos: *O Povo Brasileiro* (1995/2006) y *Nossa Escola é uma Calamidade* (1984). Sin olvidar la trayectoria del intelectual, político y operador del Estado y sus reflexiones sobre la utopía civilizadora de los pueblos germinales que han constituido lo que llamamos Brasil. La ninguendade como una categoría explicativa que resulta de la diversidad de las matrices heterogéneas (indios, negros y europeos y caboclos) que se encuentran en las contradicciones de una cultura que surge de la opresión de Mills: "la gente pule las máquinas". El proyecto político de la idealización de una escuela a tiempo completo y universalizada, los Centros Integrados de Educación Pública (CIEP), en las posibilidades de recuperar de la ciudadanía a la ciudadanía los hijos e hijas de la esclavitud reciente.

Palabras clave: Historia. Sociedad y educación. Formations del pueblo brasileño. Intelectuales, raza y clase social.



INTRODUÇÃO

Um fio depois outro, assim vamos tecendo. Para compreender melhor o livro que tomamos como base, voltamos nossos olhos para a trajetória de Darcy Ribeiro lendo o verbete escrito por Lucia Velloso Mauricio no *Dicionário dos educadores brasileiros: da colônia aos dias atuais*. Com essa leitura, podemos criar três chaves de interpretação. São elas: o antropólogo e sua atuação junto ao Marechal Rondon; a participação na política; o professor do Ensino Superior, que lecionou no Brasil e fora dele durante a Ditadura Militar, quando foi obrigado a deixar o país e seguir para o exílio. Cada chave abre uma porta. Embora as outras portas permaneçam fechadas, não é difícil perceber outras possibilidades de compreensão, pois Darcy Ribeiro transitava nas três áreas de conhecimento com extrema habilidade. Se ele tivesse passado para a Faculdade de Medicina, como era o seu desejo e de seu tio, que era médico, político e fazendeiro, não teríamos dificuldade de interpretar o pensamento de Darcy Ribeiro.

A TRAJETÓRIA DE DARCY RIBEIRO

Nasceu aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte e dois em Montes Claros, Minas Gerais, filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e Josephina Augusta Silveira Ribeiro. Pela leitura do verbete, não é possível saber se teve irmãos ou irmãs. Contudo, a vida familiar foi marcada pela morte do pai quando ele tinha apenas três anos de idade. A cidade natal ainda guarda as marcas de gratidão à família Ribeiro: uma de suas principais ruas recebeu o nome de Mestra Fininha – o nome carinhoso pelo qual sua mãe era chamada.

Sua vocação para educador possuía raízes familiares, pois sua mãe era professora. Contudo, o seu pensamento educacional foi fortemente marcado pela convivência com Anísio Teixeira; podemos perceber essa influência no pensamento pedagógico dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), construídos durante os dois mandatos de Leonel Brizola no governo do Estado do Rio de Janeiro.

Darcy Ribeiro conviveu com outros intelectuais que influenciaram a sua formação, como Caio Prado Junior, Oswald de Andrade, Jorge Amado e Sérgio Buarque de Holanda. Foi aluno de Donald Pierson em 1944, quando cursou Sociologia e Política na Universidade de São Paulo. No início de sua carreira de etnólogo de campo, foi orientado por Hebert Baldus. Dois anos depois, Darcy Ribeiro foi trabalhar com o marechal Rondon, na Seção de Estudos de Proteção aos Índios. Permaneceu onze anos nesse trabalho, conhecendo as etnias indígenas. Nesse período trabalhou na criação do Parque Nacional do Xingu e na organização do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

Durante a década de 1950 se dividiu entre o trabalho de etnografia e a função docente. Criou o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Cultural. Lecionou também Etnografia Brasileira e Língua Tupi na Faculdade Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro. Na década de 1960, foi importante interlocutor do governo Juscelino Kubistchek no planejamento da Universidade de Brasília, da qual foi reitor em 1961, durante o governo de Jânio Quadros.



O golpe militar de 1964 impôs o exílio a ele e a outros intelectuais comprometidos com o governo de João Goulart, no qual Darcy Ribeiro atuou como ministro da Educação e depois como chefe da Casa Civil, responsável pela mobilização para as reformas de base, sobretudo a reforma agrária.

No período em que esteve exilado, passou por quatro países da América Latina: Uruguai, Venezuela, Chile e Peru. No primeiro, foi convidado a lecionar Antropologia na Faculdade de Humanidades e Ciência. Em 1969, na Venezuela, foi professor da Universidade Central de la República. Em 1971, após convite de Salvador Allende, participou do grupo que pensava a transição da sociedade capitalista para a socialista. Nesse país também lecionou na Universidade do Chile, na cidade de Santiago.

Em 1972, foi para o Peru, o único país onde não atuou como professor. Darcy Ribeiro ajudou o presidente Velasco Alvarado a pensar o processo revolucionário em curso naquele país.

A proposta deste artigo é compreender o pensamento social e educacional de Darcy Ribeiro com base em uma de suas últimas obras, *O povo brasileiro*⁴ e perceber nesse texto os vínculos com a sua ativa militância na educação, principalmente desde 1960 até a sua morte, em 1997, identificando as relações de sua produção literária e o seu ideal educacional. O livro *Nossa escola é uma calamidade*, de 1984, traduz seu pensamento educacional e sua crença em reconhecer a utopia cidadã sendo resgatada por meio da escola pública de tempo integral. Salientamos a questão da negritude e da *ninguendade* como categorias analíticas da realidade social brasileira.

REFLEXÕES SOBRE O POVO BRASILEIRO: O CONCEITO DE NINGUENIDADE

O texto de Darcy Ribeiro *O povo brasileiro*, concluído em tempos de sofrimento com a doença que viria a lhe tirar a vida, foi o desejo nutrido por toda a sua carreira como antropólogo, educador, político e de fazedor de coisas (como bem gostava de afirmar). Sua intenção registrada nas memórias e no próprio prefácio da obra era buscar uma teoria da história da formação do Brasil, conjugando aí toda a sua trajetória como escritor-romancista-intelectual. *O povo brasileiro* foi seu último filho, e, se juntou a outras criações, outros ensaios e estudos, como o *Processo civilizatório* (1968), na permanente tentativa de reconhecer os núcleos de origem, os quadros mais que explicativos das gentes e agrupamentos que se amalgamaram nos tempos na América Latina e no Brasil. Gente que mistura índios, ameríndios, negros e os brancos europeus, católicos e as expressões místicas de índios e negros – povos germinais –, razões de uma brasilidade que nasce das relações de opressão, com a chegada dos brancos europeus associados ao projeto civilizatório da cristandade, justificado num capitalismo comercial em expansão, sem princípios de humanidade, pura forma de exploração.

Na esteira de buscar nexos diante da formação social e política dos brasileiros, Darcy Ribeiro dialogou com os seus parceiros de geração – literatos, historiadores, sociólogos e



brasilianistas –, aqueles que por estilos próprios discorreram sobre as origens deste povo observando a sua cultura, os traços regionais, as influências geográficas, seus climas e ambientes, costumes, hábitos e personalidades, preocupações do início republicano de buscar os sentidos de uma nação precoce.

Dessa forma, vemos no texto de *O povo brasileiro*, vestígios do pensamento de Oliveira Vianna e de sua obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920), do olhar de Euclides da Cunha sobre o desenvolvimento dos grupos sociais em *Os Sertões* (1902) e de Sergio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil* (1936).

No capítulo IV, Darcy Ribeiro descreveu a gênese dos homens e mulheres, plasmados entre os espaços físicos e suas características regionais, resultando numa mestiçaria imposta pela metamorfose das relações sociais no Brasil crioulo, no Brasil caboclo, no Brasil sertanejo e caipira, no Brasil dos gaúchos, matutos e gringos, estrutura similar aos textos de Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, porém demarcando diferenças literárias e acadêmicas, principalmente no corte crítico em que o Brasil se constituiu na mistura de línguas e costumes, de hábitos e moralidades, visões de mundo heterogêneas.

Das sociabilidades que se forjaram nesta rota que o autor chamou de criatório de gente, Darcy Ribeiro recebeu influências, que ele próprio assumiu, de Gilberto Freyre, de sua *Casa Grande & Senzala* (1933), naquilo que se teceu como brasilidade, na escravidão colonial que se impõe pela ordem mercantil da modernidade. Do universo do engenho, da “máquina de moer gente”, emerge o poder e o sexo como instrumentos de controle social, marcos dessa linhagem brasileira, em que os bandeirantes, os senhores de engenho e seus capitães do mato (representantes hoje de uma classe média que nega suas origens) e do pensamento medieval católico compõem uma rede de sociabilidades, ventre natural do que entendemos hoje do “brasileiro” e de sua formação.

Mas é aqui que está a chave para percebermos o ódio e o desprezo da ditadura militar pela figura e pelo pensamento de Darcy Ribeiro⁵. A obra desse mineiro de Montes Claros reduz a uma invenção da utopia positivista-militar que defendia o mito de origem pela harmonia entre as raças, desvinculando-a da história de fato, da realidade cruel de sua formação. Em Darcy Ribeiro, a “gestação étnica” concebeu-se através do estupro e dos genocídios brutais, do bandeirante diante da índia, do senhor de engenho em suas satisfações sexuais e de poder diante das mulheres negras escravizadas.

A resistência marcante de índios e negros determina os traços da consequência do que entendemos como “brasileiro”, o que significa afirmar que, no caldo de nossas contradições, a luta pela sobrevivência, a fuga, o combate e a possível liberdade representada pelos quilombos, o dizer “não” são elementos constitutivos de nossa personalidade como povo que se constrói. Somos então resultados dessas violentas relações traçadas nos silêncios das casas grandes, das matas e senzalas, somos os sem-identidade, os caboclos, os morenos, que são e não são ao mesmo tempo, índios e negros ou os ninguéns que buscam se reconhecer, drama de nossa origem existencial. Num esforço de síntese sobre essa mistura histórica de matrizes étnicas díspares, Darcy Ribeiro descreveu assim o que seria nossa certidão de nascimento e a constituição de um povo ímpar na complexa formação da humanidade, o Brasil, suas razões



de existência, a confluência de grupos sociais, de culturas particulares, religiosidades antagônicas e que se transformou num caldo contraditório:

São um conglomerado díspar, composto por índios trazidos de longe, que apenas podiam entender-se entre si; somados à gente desgarrada de suas matrizes originais africanas, uns e outros reunidos contra a sua vontade, para se verem convertidos em mera força de trabalho escravo a ser consumida no trabalho; gente cuja renovação mesma se fazia mais pela importação de novos contingentes de escravos que por sua própria reprodução. (RIBEIRO, 1995, p. 70).

Somos, então, forjados a partir de uma *ninguendade*, desgarrados a partir de fontes heterogêneas, confluência dos dramas daqueles que chegaram e encontraram os nativos, primeiros donos dessa imensidão territorial. A *ninguendade* é o drama identitário deste brasileiro que surgiu das contradições da modernidade e do capitalismo em expansão: “[...] nela somos feitos e continuamos nos fazendo... Somos um povo em ser, impedido de sê-lo.” (RIBEIRO, 1995, p. 410). Os *ninguéns*, termo utilizado por Darcy Ribeiro, encontramos também na poesia de Eduardo Galeano, amigo dos tempos de exílio no Uruguai (1964-1968), onde publicaram juntos a *Enciclopédia da Cultura Uruguia*. (RIBEIRO, 1997, p. 363)⁶.

O conhecido poema de Eduardo Galeano amplia a dimensão da colonização na América Latina, *Os ninguéns*, utilizados como instrumentos de mão-de-obra escrava e servil, encontram as suas (novas) identidades no nada, na opressão, na des-indianização, na des-africanização, povo que é e não é “Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: que não são, embora sejam.” (GALEANO, 2002, p. 21).

O texto de Darcy Ribeiro expõe ao mesmo tempo os dramas de origem deste povoação, seus dilemas que se amalgamaram em tempos de longa duração, em vocábulos estrangeiros, locais e nativos de vários sentidos, concebendo linguagens exóticas aos olhares eurocêntricos, expressões de uma cultura que emerge, apesar da brutalidade das sociabilidades que se inauguram; a narrativa se estabelece como um samba-exaltação a esse povo.

Darcy Ribeiro escreve *O povo brasileiro* acreditando que este povo dos trópicos seria a nação do novo milênio, seu destino nacional, que entre mulatos e caboclos lusitanizados deram sinais de uma etnia brasileira. Somos uma nova Roma, tardia e tropical; do sofrimento vem a alegria.

BRANCOS VERSUS NEGROS: CATEGORIAS ANALÍTICAS DE DARCY RIBEIRO PARA COMPREENDER O BRASIL

São caras a nós as reflexões de Darcy Ribeiro sobre a formação do Brasil. Como antropólogo e educador, ele teceu longas considerações sobre a estrutura social brasileira e a sua desigualdade. Nomeamos a nossa seção da mesma forma que Darcy Ribeiro em seu livro que tomamos para nossa reflexão.



O autor inicia a sua reflexão a partir do censo de 1950, ressaltando, com base nos dados coletados pelo IBGE, que a estrutura demográfica apresentava concentração de renda e extrema desigualdade social.

O Censo de 1950 permite algumas comparações significativas entre as condições de vida e de trabalho de negros e brancos na população brasileira ativa. Considerando, por exemplo, o grupo patronal em conjunto, verifica-se que as possibilidades de um negro chegar a integrá-lo são enormemente menores, já que de cada mil brancos ativos maiores de dez anos, 23 são empregadores, contra apenas quatro pretos donos de uma empresa por cada mil empregados. (RIBEIRO, 2006, p. 220).

O mesmo censo foi objeto de análise de Octávio Ianni para suas reflexões sobre a condição de vida e trabalho dos negros na sociedade brasileira. No momento em que Ianni escreveu, o censo de 1950 era o mais recente a trazer informações sobre a raça, o que torna mais difíceis as análises a partir de dados demográficos.

Até o momento, em 1975, o ano de 1950 é o último com o qual contamos com dados censitários sobre a cor da população brasileira. No recenseamento de 1960, a pergunta sobre a cor das pessoas foi feita, mas os dados não foram processados. E em 1970 nem se fez a pergunta, dada a “subjetividade” da questão e a “vocação de fraternidade do nosso povo”, como dizem os ideólogos dos brancos brasileiros. Vejamos, pois, quais são os dados do recenseamento de 1950. [...]. Os negros, por seu lado, eram principalmente empregados (60,95%) e conta própria (24,55%), sendo que menos de 1% eram empregadores. A situação é um pouco diversa com relação aos mulatos. São relativamente poucos empregadores (1,8%), mas proporcionalmente mais numerosos como trabalhadores por conta própria. (IANNI, 2004, p. 188-190).

Unindo as duas citações, podemos perceber que autores diferentes possuem um ponto de contato: a subalternidade do negro na sociedade brasileira. Darcy Ribeiro diz que o percentual de negros entre a classe patronal, ou seja, entre os empregadores, era pequena. Octávio Ianni aponta na mesma direção. Não podemos esquecer que o legado da escravidão apresenta grande influência na formação da sociedade brasileira. Contudo, essa subalternidade do negro em relação aos brancos não é uma peculiaridade brasileira. Angela Davis, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, aponta traços semelhantes na formação da sociedade dos Estados Unidos.

Mas, como um grande número de ex-escravas e ex-escravos se recusou a abrir mão de seus sonhos de progresso, mais de 10 mil linchamentos ocorreram durante as três décadas posteriores à guerra. Qualquer pessoa que desafiasse a hierarquia racial era marcada como potencial vítima das gangues. O infinito rol de monstros acabou por incluir todos os tipos de insurgentes – desde negros proprietários de negócios bem-sucedidos e trabalhadores que pressionavam por salários mais altos até aqueles que se recusavam a ser chamados de “meninos” e as mulheres negras que ousavam resistir aos abusos sexuais de homens brancos. [...] Em 1892, três conhecidos dessa jornalista negra foram linchados em Memphis, Tennessee, assassinados por uma gangue racista porque a loja que abriram em um bairro era forte concorrente de uma loja de propriedade de pessoas brancas. (DAVIS, 2016, p. 194-195).

Gostaríamos de pegar outro fio da citação de Octávio Ianni, no qual o autor se refere à vocação de fraternidade do nosso povo. A década de 1950, no Brasil, também foi marcada por



estudos financiados pela Unesco sobre a democracia racial brasileira. Diferentes autores participaram de pesquisas tanto na área rural quanto urbana, de norte a sul, para formar um quadro geral sobre as relações raciais no Brasil. Embora não apresentasse a mesma beligerância que os Estados Unidos, isso não queria dizer que a vocação fraterna fosse incapaz de produzir uma sociedade estruturalmente marcada pelo racismo.

Oracy Nogueira, em seu texto *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil* ajuda a compreender as diferenças existentes entre a sociedade norte-americana e a brasileira.

Um ponto importante é que, pela primeira vez no Brasil, os intelectuais brasileiros foram capazes de denunciar a existência do preconceito racial tal qual a população negra percebia. Oracy Nogueira credita isso ao fato de que antes os estudos sobre as relações raciais no Brasil tendiam a expressar a visão dos pesquisadores, que em sua maioria eram brancos e oriundos da elite e negavam a existência do preconceito racial no país, o que ajudou a perpetuar a ideia de democracia racial.

Davis (2016) mostra a sociedade norte-americana marcada pelo linchamento e pela luta de negros pelos Direitos Civis. Esse é um dos pontos no qual as sociedades se diferem. Segundo Oracy Nogueira, a diferença do preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos está na intensidade e na diversidade da sua natureza. De posse desses conceitos, voltemos ao texto de Darcy Ribeiro para compreender o que o autor diz sobre a formação da sociedade brasileira.

Darcy Ribeiro também não se filia à ideia de democracia racial. Esse argumento também é defendido por Florestan Fernandes e pela historiadora Emília Viotti da Costa. Darcy, ao longo do texto, percorre os períodos da História do Brasil para denunciar que os negros não foram integrados à sociedade de classes. Um dos argumentos usados por ele é a alta taxa de analfabetismo entre os negros.

As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais. Florestan Fernandes assinala que “enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma democracia racial e tampouco uma democracia”. (RIBEIRO, 2006, p. 215).

Ao analisar a condição operária em São Paulo, Octávio Ianni aponta na mesma direção que Darcy Ribeiro. Ele apresenta a composição racial do operariado paulista indicando que os negros ocupam os postos de trabalho menos qualificados dentro da classe operária. Ianni também menciona que, além de no operariado, a posição do negro na sociedade paulista também é inferior em relação ao branco.

Na cidade de São Paulo e na sua área metropolitana, os negros e os mulatos encontram-se principalmente no proletariado. Apenas uma pequena parcela deles acha-se na classe média. Praticamente não há negros e mulatos na alta burguesia. Em termos proporcionais, a maioria se compõe de trabalhadores assalariados da indústria, comércio, transporte, serviços urbanos etc. São parte do proletariado



urbano da grande São Paulo. Aliás, eles se acham nas posições inferiores da própria classe operária. Muitos desempregados e semi-empregados também. (IANNI, 2004, p. 124-125).

Voltemos ao nosso quadro teórico para compreender essa citação. Segundo Oracy Nogueira, o preconceito racial desenvolvido no Brasil pode ser caracterizado como preconceito de marca, isto é, tomamos como ponto de partida “[...] gestos, sotaques, características físicas, sobretudo, as características negroides (cabelo, lábios grossos, tamanho do nariz e cor da pele.” (NOGUEIRA, 2007, p. 292). A partir dessa definição, podemos perceber que o próprio Ianni faz distinção entre negros e mulatos. O último grupo seria formado por indivíduos oriundos da miscigenação. Na sociedade norte-americana, teríamos o preconceito de origem, que grosso modo leva em consideração o grupo étnico do indivíduo e não apenas a sua aparência. Segundo Oracy Nogueira, na sociedade norte-americana o branqueamento não é compreendido como elemento capaz de diluir o sangue negro, destinando a população africana a desaparecer. Ao contrário; é compreendido como elemento negativo.

Abdias do Nascimento⁷ compreende a miscigenação como parte da eliminação da população afrodescendente do povo brasileiro. Ele apresenta ao longo da história brasileira algumas nuances, entre elas a campanha de imigração de trabalhadores europeus.

A orientação predominantemente racista da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano. [...] Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria por inteiro. Até mesmo Joaquim Nabuco, o enérgico defensor do escravo, estava comprometido na política do embranquecimento, expressando suas esperanças de que “esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente a massa ariana pura, mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue”. (NASCIMENTO, 2016, p. 85).

Outro ponto importante da citação de Octávio Ianni feita anteriormente é que ele consegue ver poucos indivíduos negros ou mulatos na classe média; isso indica a possibilidade de ascensão social dos negros na sociedade brasileira. Mais uma vez voltamos ao nosso referencial teórico e sinalizamos que, segundo Oracy Nogueira, tanto na sociedade brasileira orientada pelo preconceito de marca como na sociedade norte-americana existe a possibilidade de ascensão social. Contudo, na sociedade orientada pelo preconceito de origem, ou seja, na norte-americana, existe exclusão incondicional dos indivíduos “de cor”, enquanto na sociedade brasileira os indivíduos são preteridos por outros fatores.

Em nossa sociedade, as teorias científicas pensadas por Gobineau ganharam espaço no século XIX, pois havia o medo de o Brasil se transformar num país de negros. O mesmo sentimento também rondava as mentes dos políticos norte-americanos. Colson Whitehead apresenta, em seu livro *Underground railroad*, os caminhos da ferrovia subterrânea que transportava negros e negras fugindo da escravidão do sul para o norte. Ele menciona que, no estado da Carolina do Sul, onde havia uma estação da ferrovia, os negros eram alvo de estudos



científicos sem saber e mulheres negras eram esterilizadas por meio de cirurgias de laqueadura sem que elas pudessem decidir se pretendiam ou não ter mais filhos.

Eles conversaram, sentados à mesa da cozinha. Era possível que não apenas os médicos, mas todos os que cuidavam da população de cor estivessem envolvidos naquele esquema incrível? Conduzindo os peregrinos de cor por este ou aquele caminho, comprando-os de espólios e leilões a fim de conduzir tal experimento? Todos aqueles brancos trabalhando juntos, registrando as histórias e descrições deles em papel azul. Depois da discussão de Cora com o dr. Stevens, a srta. Lucy a parara certa manhã a caminho do museu, Cora pensara no programa de controle de natalidade do hospital? Talvez Cora pudesse conversar com as outras moças a respeito, em palavras que elas pudessem entender. [...]Cora se lembrou da noite em que ela e Caesar haviam decidido ficar, a mulher aos gritos vagando pelo gramado quando a reunião social chegava ao fim. “Estão levando embora meus bebês”. A mulher não estava se lamentando a respeito de alguma velha injustiça da fazenda, mas por um crime perpetrado ali na Carolina do Sul. Os médicos estavam roubando seus bebês, não os seus antigos senhores. (WHITEHEAD, 2017, p. 132).

Angela Davis segue na mesma esteira ao denunciar a esterilização de duas adolescentes de doze e quatorze anos de idade pelo Departamento de Saúde de Montgomery. Revelou a existência do medo do crescimento da população negra nos Estados Unidos. Para impedir o crescimento, foram adotadas medidas que violentavam os corpos das mulheres negras.

Apenas quando a mídia decidiu que a esterilização descuidada de duas jovens negras de Montgomery, Alabama, era um escândalo a ser denunciado que a caixa de Pandora da prática abusiva de esterilização foi finalmente escancarada. [...] Os fatos que cercavam as histórias das irmãs Relf eram terrivelmente simples. Minnie Lee, que tinha doze anos, e Mary Alice, que tinha quatorze, foram levadas, sem despertar nenhuma suspeita, a uma sala de operações onde cirurgiões roubaram de modo irreversível sua capacidade de dar à luz. A cirurgia havia sido orientada pelo Comitê de Ação Comunitária de Montgomery, financiado pelo Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar, após a droga Depo-Provera, anteriormente administrada às garotas como medida de prevenção à gravidez, revelar-se cancerígena em teste com animais. Depois que o Centro Sulista de Apoio Jurídico para Pobres abriu um processo em nome das irmãs Relf, a mãe das jovens revelou que ela, sem saber, “consentiu” com a operação, tendo sido enganada por assistentes sociais que cuidaram do caso de suas filhas. Pediu-se à sra. Relf, que não sabia ler, que colocasse um “X” em um documento cujo conteúdo não lhe fora revelado. (DAVIS, 2016, p. 218).

Darcy Ribeiro conseguiu ver também na sociedade brasileira o preconceito racial. Contudo, percebeu que o preconceito de classe era tão forte quanto o outro. Compreendemos a visão do autor. Todavia, perguntamos como poderíamos criar uma hierarquia para pensar essa difícil equação entre classe e raça?

Acresce ainda que, conforme assinalamos repetidamente, mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe. As enormes distâncias sociais que medeiam entre pobres e remediados, não apenas em função de suas posses, mas também pelo seu grau de integração no estilo de vida dos grupos privilegiados – como analfabetos ou letrados, como detentores de um saber vulgar transmitido oralmente ou de um saber moderno, como herdeiros da tradição folclórica ou do patrimônio cultural erudito, como descendentes de famílias bem



situadas ou de origem humilde – opõem pobres e ricos muito mais do que negros e brancos. (RIBEIRO, 2006, p. 216).

Octávio Ianni ajuda a pensar a questão ao propor que olhemos para a base a sociedade, na qual se localiza a força de trabalho. Ele também contribui ao sinalizar que não podemos olhar a questão separadamente, ou seja, o par analítico classe e raça deve ser posto no conjunto de nossas análises para compreendermos a formação das sociedades de diferentes países.

Além de ser um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, a “questão racial” é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expressão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional. Essa é a sua natureza fundamental, que dá sentido às suas expressões sociais, culturais, demográficas, políticas, as quais, quando são vistas isoladamente, pouco elucidam o problema. Tanto nos países de emigração como naqueles em que os imigrados ou seus descendentes se encontram em absorção, a questão tem em sua base esse componente estrutural determinante: a força de trabalho. (IANNI, 2004, p. 317).

Angela Davis insere uma nova questão analítica: ela propõe que, além de classe e raça, nossas análises não podem esquecer o gênero. Segundo a autora, o Partido Republicano, nos Estados Unidos, não apoiava o voto dos homens negros. O seu apoio apresentava um caráter econômico. Isso explicava a sua defesa do fim da escravidão. As indústrias que nasciam no Norte precisavam de braços assalariados para trabalhar e de consumidores para os produtos.

Os republicanos, claro, não apoiaram o sufrágio feminino depois que a União venceu. Mas não exatamente porque eram homens, e sim porque, como políticos, estavam em débito com os interesses econômicos dominantes da época. Na medida em que o confronto militar entre Norte e Sul foi uma guerra para derrotar a classe escravocrata do Sul, foi também uma guerra conduzida basicamente pelos interesses da burguesia do Norte, isto é, de jovens e entusiasmados capitalistas industriais que encontraram sua voz política no Partido Republicano. Os capitalistas do Norte almejavam o controle econômico sobre toda a nação. Sua luta contra a escravocracia do Sul não significava, portanto, que aprovassem a libertação de mulheres negras e de homens negros enquanto homens[...]. O sufrágio do homem negro – como explicitado nas propostas da décima quarta e da décima quinta emendas constitucionais, apresentadas pelos republicanos – era uma jogada tática pensada para garantir a hegemonia do Partido Republicano no caso do Sul após a guerra. (DAVIS, 2016, p. 82-83).

Mas uma vez percebemos que a proposta analítica de Octávio Ianni ajuda a compreender a sociedade. Ele chama a localizar a força de trabalho na estrutura social e, a partir dela, iniciar uma reflexão que inclua o par analítico, classe e raça. O que Angela Davis demonstrou na citação acima permite perceber que era um projeto de classe, que manobrava para conseguir a hegemonia e ver seus interesses econômicos guiando o projeto de nação que deseja construir. Dentro desse projeto havia espaço para a concessão do direito de voto ao homem negro – não por questões ideológicas, e sim por questões econômicas. Angela Davis denuncia também o racismo das mulheres brancas que saíram da trincheira abolicionista e passaram a lutar pelo sufrágio feminino. Como se pode ver, a questão não está finalizada; ao contrário, convidamos a refletir sobre o assunto e propor possibilidades analíticas que ajudem a compreender a sociedade brasileira.



A UTOPIA CIVILIZATÓRIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Dois fatos foram um “divisor de águas” na trajetória de Darcy Ribeiro como personagem da cultura e da política brasileira, e que perdurou pelo menos sessenta anos da República. A morte de Getúlio Vargas despertou nele os ideais socialistas e a marca do trabalhismo, o que fez distanciá-lo ainda mais de sua origem no Partido Comunista de seus tempos de juventude vividos em São Paulo. O encontro de Darcy Ribeiro com Anísio Teixeira fez com que o intelectual que conviveu por mais de dez anos nas comunidades indígenas reconhecesse a educação como instrumento de firmar a utopia civilizatória, já presente em suas reflexões e escritos. Sobre o impacto da morte de Vargas, afirmou que

[...] a notícia de suicídio caiu em mim como uma bomba. Sobretudo a *Carta-Testamento*, o mais alto documento jamais produzido pelo Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que eu li, ela é para mim a carta política pela qual me guio... O efeito sobre mim foi a compreensão da besteira que fazia com minha postura de comunista utópico, à base de um falso marxismo. (RIBEIRO, 1997, p. 275-276).

Em 1957, Darcy Ribeiro conheceu Anísio Teixeira por meio de Charles Wagley, intelectual americano que influenciou a formação da Antropologia brasileira. Desse encontro, Darcy Ribeiro foi trabalhar em uma das instituições criadas por Anísio Teixeira, todas vinculadas à educação: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. Darcy Ribeiro assumiu a vice-presidência da instituição e, nessa experiência, conviveu com personalidades da cultura e do mundo acadêmico brasileiro, como Thales de Azevedo, Gilberto Freyre, Abgar Renault e Fernando Azevedo, “[...] muita gente mais de prestígio intelectual e de vago interesse pela educação.” (RIBEIRO, 1997, p. 225).

Na aproximação com Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro percebeu que a educação seria o instrumento para a consolidação de um projeto nacional autônomo e livre das imposições do capitalismo internacional e de suas formas de dependência e controle sobre o Brasil. Da contribuição cultural das várias matrizes étnicas, suas misturas, feridas e contradições, mas que se identificavam como nação, em suas diversidades, a educação seria a centralidade dessa utopia civilizatória, de povos diversos num só. O engajamento em defesa da educação e da escola e da universidade pública criou um elo afetivo e efetivo com Anísio Teixeira:

Não nos largamos mais. Nos vendo diariamente, discutindo, trabalhando durante anos e anos. Sempre discordando, é certo, porque ambos somos espíritos polêmicos, mas sempre confluindo. Juntos, enfrentamos a luta em defesa da escola pública, no curso dos debates no Congresso Nacional sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (RIBEIRO, 1997, p. 225).

Ao assumir a educação como militância, tornou-se não só um ativista pela causa como também um operador do Estado. Ajudou a conceber a primeira Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024/62) e, pelo convite de Juscelino Kubitschek em 1958, idealizou com outros intelectuais brasileiros das mais variadas vertentes da ciência e da tecnologia a Universidade de Brasília⁸.



Compreendemos então que a trajetória de vida de Darcy Ribeiro buscou se constituir numa coerência entre o ofício de escrever, no crivo das ciências sociais, concebendo os nexos dos povos e civilizações da América Colonial, e no texto literário, recorrendo a uma ficção realística das sociabilidades e culturas e, em especial, buscando as razões da origem dos brasileiros. Nessa perspectiva, Darcy Ribeiro pode ser considerado pertencente a um grupo de intelectuais e operadores do Estado que durante os anos 1950-1960 estiveram próximos do movimento político e ideológico chamado de nacionalismo-desenvolvimentista.

Esse ideário, presente como projeto político nos governos de JK e João Goulart, demarcava como princípios a defesa das riquezas naturais, o incentivo à industrialização e às teses econômicas baseadas na *substituição de importações*, privilegiando o mercado interno de produção e de consumo, valorizando o planejamento do Estado como indutor do desenvolvimento capitalista.

O nacionalismo-desenvolvimentista concentrava um amplo campo de atuação político-parlamentar, setores da sociedade e empresários, além de reconhecer a importância da educação como uma das reformas de base iniciais para o desenvolvimento do país. Em especial, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB arregimentou um leque de cientistas sociais, todos voltados a estudar e produzir academicamente a ideologia do desenvolvimento. Darcy Ribeiro não esteve diretamente vinculado ao ISEB, mas, de certa forma, abraçou esses princípios, principalmente em suas experiências de governo⁹.

OS CIEPS COMO INVENÇÃO – VONTADE, IDEIA E FORMA: “DAR AOS POBRES A ESCOLA DE RICO”

Esse era o *slogan* da propaganda do governo do Estado do Rio de Janeiro no momento de implantação do novo projeto educacional dirigido por Darcy Ribeiro durante o governo de Leonel Brizola. A proposta arquitetônica da escola foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Não era a primeira vez que Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer trabalhavam juntos; o Sambódromo do Rio de Janeiro foi pensado pela dupla. Nessa construção passariam a ocorrer os desfiles dos blocos e dos grêmios recreativos que antes se apresentavam em estruturas montadas e depois desmontadas na Rua Marques de Sapucaí, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O local escolhido para a construção da Passarela do Samba foi a própria rua, que passou a abrigar a estrutura fixa projetada pelo arquiteto. Nesse espaço também funcionavam escolas.

O projeto inicial previa a construção de 76 prédios escolares. Ao final foram construídos 500, espalhados por todo o Estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que havia um diálogo muito grande entre a proposta pedagógica e a proposta arquitetônica, o que foi pouco compreendido pelos educadores e pelos críticos do projeto. A estrutura de concreto armado permitia a construção rápida e de baixo custo. Num país com alto índice de analfabetos era necessário aumentar o número de escolas.

Em paralelo à construção dos novos prédios escolares, Darcy Ribeiro promoveu uma série de discussões pedagógicas com os professores para pensar o novo modelo de escola



integral que pretendia implantar. As ideias pedagógicas ficaram conhecidas como as 45 teses publicadas no jornal *Escola Viva – viva a escola* e contidas também como anexo no livro, *Nossa escola é uma calamidade* (nas páginas de 93 a 106). O encontro de Mendes entrou para a História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, pois nele os educadores analisaram, criticaram e propuseram ideias que foram acrescentadas ao projeto pedagógico inicial de Darcy Ribeiro.

Em *Nossa escola é uma calamidade*, Darcy Ribeiro apresenta duras críticas à escola pública brasileira. O livro é fruto da experiência educacional nos diferentes países da América Latina onde trabalhou durante os anos de exílio político. Nele, faz críticas ao tempo reduzido que a criança brasileira passava em situações de ensino-aprendizagem na escola pública. A ampliação do horário era fundamental para a aquisição de conhecimento. Para isso, a escola funcionaria com uma grande equipe em diversas atividades culturais, com o objetivo de formar melhor o novo cidadão brasileiro. Cabe ressaltar que a equipe era formada também por médicos e dentistas, recuperando a ideia de Anísio Teixeira de oferta de educação e saúde para a população pela escola pública, tendo como modelo a Escola Parque da Bahia.

Em seu retorno definitivo do exílio, em 1979, engajou-se na fundação do Partido Democrático Trabalhista, tendo a frente a figura de Leonel Brizola. Em seus princípios como partido político, o PDT elegeu a educação como parte fundamental para o resgate da cidadania perdida durante os anos de regime civil-militar e o compromisso de ampliar a jornada de ensino nas escolas, ampliando vagas e buscando valorizar a escola pública e o magistério: “Nosso desafio é criar no Brasil, aqui e agora, o que chamo de pequena utopia, e que, para mim, é o grau de desenvolvimento social generalizado a toda a população.” (RIBEIRO, 1984, p. 8).

Os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, projeto das administrações de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994), tinham como objetivo universalizar o Ensino Fundamental, oferecendo uma política educacional em escolas de tempo integral, fornecendo, além de um currículo não só limitado às áreas de ensino tradicionais, atividades culturais, esportivas e um aporte na área da assistência social e médica.

A escola manifestada nos CIEPs seria o reencontro do ser civilizatório, a *ninguendade*, que se identifica e se encontra na cidadania, no ensino, na aprendizagem como direito. Esse reconhecimento de Darcy Ribeiro está em uma frase sua quando, ao mesmo tempo, exaltou a capacidade de resistência a partir de “um povo mestiço na carne e no espírito”, mas é forjado em suas origens na crueldade da colônia de exploração.

Os CIEPs foram criados a partir da síntese histórica de três personagens: a trajetória de Leonel Brizola, o ideal de ser presidente da República para consolidar sua carreira política interrompida pelo regime civil-militar que o perseguiu até nos tempos de redemocratização. Gaúcho e engenheiro de influência positivista, tal a tradição de cultura política de sua região, compreendia a educação como processo de reconstrução social e democrática. Sua experiência no sul como governador já experimentara o sucesso político nas ações de expansão do ensino público naquele estado¹⁰.



O desenho e a forma nos traços de Oscar Niemeyer, as estruturas, colunas inspiradas no modernismo brasileiro e na lembrança de seu mestre Le Corbusier, representavam mais uma etapa na vida do arquiteto assumidamente comunista. Nos CIEPs, as ideias integradas de um ambiente e a estética lembravam a construção da Pampulha em Belo Horizonte e as obras arquitetônicas de Brasília: a redenção dos caboclos e mestiços, a *ninguendade* encontrando-se em uma nação em construção, no pensamento que Darcy Ribeiro desenvolveu ao longo de sua vida de professor, pesquisador, escritor e político – um humanista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Unimos os fios e agora apresentamos o tecido. Nele podemos ter impressa a visão de Darcy Ribeiro sobre o povo brasileiro. Algumas ideias foram anunciadas como provocação ao leitor, entre elas o último subtítulo, pois não há consenso entre os estudiosos da obra de Darcy Ribeiro nem entre os membros do Partido Democrático Trabalhista que os CIEPs foram escolas construídas para os pobres. Parte do governo de Leonel Brizola, quadros políticos e a militância no segundo mandato fizeram uma crítica a esse pensamento, incluindo as crianças da classe média entre os alunos da instituição escolar.

Mais uma vez retornamos ao par analítico classe e raça, pois eles atravessam toda a obra de Darcy Ribeiro. Mesmo secundarizando a matriz marxista das categorias, tais como a luta de classes, em sua obra há o reconhecimento do conflito de classes, mas que esse fenômeno é entremeado por elementos da cultura, da imposição de hábitos e costumes entre povos heterogêneos que se misturam ou, utilizando uma expressão bem própria de Darcy Ribeiro, foram se amalgamando nas relações interpessoais. Além das relações de produção, que não abandona como referência de análise, preocupa-se em articular o território com as misturas de gentes que se mediatizam pela ordem econômica colonial, refazendo outro mundo, juntando ninguéns – restos de outras matrizes –, os sem-identidades, buscando razões em novas identidades: pretos e caboclos, brancos opressores e mulatos subalternizados, crianças não pertencentes nem as casas grandes, nem as senzalas, forjando-se daí o que chamaríamos de brasileiros, frutos da brutalidade do engenho, “máquinas de moer gente”.

As singularidades das obras de Darcy Ribeiro marcam o esforço desse intelectual e operador do Estado como um sujeito visceralmente implicado com a história de seu país. Sua obra não pode ser lida e revista sem o reconhecimento do seu comprometimento com as mudanças sociais, chamando os ninguéns para a cidadania, sujeitos históricos. Dessa forma, seu nacionalismo vislumbrou a utopia selvagem de um povo que nasce do sofrimento, da opressão e da escravidão. Seus textos tinham um lado, uma opção pelos índios, porque foi na convivência com eles que aprendeu a ser mais um nesta imensa tribo chamada Brasil.

Conciliar sua literatura e produção acadêmica com a educação em um projeto latino-americano e em especial brasileiro só fortaleceu o sentido de sua existência. No último capítulo de *O povo brasileiro*, observamos a eloquência nacionalista desse intelectual, quase que romanceando sua obra: “[...] somos uma nova Roma deste milênio que se inicia.”



(RIBEIRO, 1995, p. 16). Qual num samba de enredo de exaltação, busca a elegia nas contradições de um povo que ainda não se fez.

Os CIEPs fizeram parte desta (im) possível utopia civilizatória, juntando os filhos dos caboclos ninguéns (negros, índios e brancos) às gerações nascidas nos tempos da ditadura, para resgatarem suas identidades e, pelo ensino universalizado e integral, encontrarem-se como pessoas em suas identidades. O projeto de Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e de parte da sociedade brasileira sofreu derrota momentânea por aqueles que insistem em pensar num país dividido, não reconhecido pela sua diversidade.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, S. (org.). **Encontros: Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2007.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOMES, A. de. C.; FERREIRA, J. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MAURÍCIO, L. V. Darcy Ribeiro. *In*: FÁVERO, M. de. L. de. A.; BRITTO, J. de. M. (org.). **Dicionário de educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: MEC-Inep: Comped, 2002.
- MOTTA, M. O projeto político: a presidência da república. *In*: FERREIRA, M. de. M. (org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj: FGV, 2008.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo marcado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.
- RIBEIRO, D. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, D. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, R. V. **Castilhismo**: uma filosofia da república. Brasília: Senado Federal, 2000.

SAID, E. W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. UnB, 2012.

WHITEHEAD, C. **The underground railroad**: os caminhos para a liberdade. Rio de Janeiro: Haper Collins, 2017.

Notas

¹ Para Lia Faria

² Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

³ Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁴ Os autores usaram como referências edições dos anos de 1995 e de 2006 e editoras diferentes.

⁵ Nas reflexões políticas de Darcy Ribeiro (1995, p. 327-328), o golpe civil-militar interrompeu a marcha para a libertação do sertanejo da lavoura, via ligas camponesas, comunidades que agregavam esses sertanejos, na perspectiva da reforma agrária. Darcy Ribeiro foi ministro da Educação e chefe do Gabinete Civil do Governo (parlamentarista e presidencialista) de João Goulart (de 1963 até março de 1964).

⁶ Na apresentação de sua obra *As veias abertas da América Latina* (1970), Galeano agradece a três brasileiros por sua contribuição na obra: Carlos Lessa, Arthur Poerner e Darcy Ribeiro.

⁷ Em outubro de 1990, Abdias do Nascimento compôs como suplente de Darcy Ribeiro a chapa lançada pelo PDT ao Senado. Em abril de 1991, foi escolhido por Leonel Brizola, que se reelegera governador do Rio de Janeiro em 1990, para ocupar a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras. Em final de agosto, Abdias do Nascimento substituiu no Senado Darcy Ribeiro, que se tornara secretário de Projetos Especiais do governo fluminense. Após a morte de Darcy Ribeiro, em fevereiro de 1997, voltou ao Senado em caráter definitivo, exercendo o mandato até janeiro de 1999, ao final da legislatura 1991-1999. Participou do governo de Anthony Garotinho (1999-2002) como secretário de Direitos Humanos e da Cidadania (*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001). Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=cpdoc+Abdias+Nascimento&oq=cpdoc+Abdias+Nascimento&aqs=chrome..69i57.8745j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 16 out. 2018.

⁸ Categorizamos o termo “operadores do Estado” como aqueles intelectuais que transitaram entre a produção acadêmica e literária e ao mesmo tempo experimentaram a atuação na política e como gestores de órgãos públicos e que, de certa forma, conceberam suas reflexões sobre o país nessas experiências de governo. Em *Confissões* (1997), sua obra de memórias, registrou com detalhes a trajetória sinuosa de definição do projeto do que viria a ser a UnB. Outro texto importante sobre a idealização e construção da UnB está em *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, de Roberto A. Salmeron (2012), que descreveu com detalhes o projeto embrionário da UnB.

⁹ Três figuras têm seus caminhos entrelaçados no contexto do nacionalismo-desenvolvimentista: Celso Furtado coordenou o macroplanejamento do governo João Goulart, sendo o primeiro a exercer o cargo de ministro do Planejamento, e um dos idealizadores do Plano Trienal (1962-1963). Atuando nos mesmos campos da política, como “operadores do Estado”, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira conduziram a educação, no projeto e concepção da Universidade de Brasília e na elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação, de 1962, na democratização da educação básica em território nacional, dando à educação a perspectiva de vertente estratégica ao desenvolvimento social, político e econômico do país.



¹⁰ Ricardo Velez Rodrigues (2000), em *Castilhismo: uma filosofia da República* descreveu o pensamento positivista a partir da liderança política gaúcha de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas. No capítulo V, “Ideias básicas da filosofia política de inspiração positivista [...]”, na página 97, existem elementos que conjugaram as ações políticas da linhagem de lideranças regionais, dentre elas Leonel Brizola e João Goulart. No artigo “O projeto político: a presidência da República [...]”, Marly Motta (2008, p. 151-181) descreve e analisa a trajetória de Brizola e suas estratégias rumo ao Planalto.